

BYUNG-CHUL HAN

INFOCRACIA

BYUNG-CHUL HAN

Infocracia

Digitalização e a crise da democracia

CRAC



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Han, Byung-Chul

Infocracia : digitalização e a crise da democracia / Byung-Chul Han ;
tradução de Gabriel S. Philipson. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2022.

Título original: Infokratie

ISBN 9786557136201

1. Ciências políticas 2. Comunicação de massa 3. Comunicação digital 4.
Crise econômica 5. Democracia 6. Inteligência artificial 7. Mídia social 8.
Sociedade da informação I. Título.

22-103870

CDD-302.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Democracia : Comunicação 302.2

Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB-8/7964

BYUNG-CHUL HAN
Infocracia
Digitalização e crise da
democracia

Tradução de Gabriel S. Philipson



Petrópolis

© Matthes & Seitz Berlin Verlag, Berlin, 2021.

Tradução realizada a partir do original em alemão intitulado *Infokratie – Digitalisierung und die Krise der Demokratie*

Direitos de publicação em língua portuguesa – Brasil:

2022, Editora Vozes Ltda.

Rua Frei Luís, 100

25689-900 Petrópolis, RJ

www.vozes.com.br

Brasil

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da editora.

CONSELHO EDITORIAL

Diretor

Gilberto Gonçalves Garcia

Editores

Aline dos Santos Carneiro

Edrian Josué Pasini

Marilac Loraine Oleniki

Welder Lancieri Marchini

Conselheiros

Francisco Morás

Ludovico Garmus

Teobaldo Heidemann

Volney J. Berkenbrock

Secretário executivo

Leonardo A.R.T. dos Santos

Diagramação: Raquel Nascimento

Revisão gráfica: Alessandra Karl

Capa: Pierre Fauchau

Adaptação de capa: Editora Vozes

Conversão para eBook: SCALT Soluções Editoriais

ISBN 9786557136201 (Brasil)

ISBN 978-3-75180-526-1 (Alemanha)

Este livro foi composto pela Editora Vozes Ltda.

Sumário

Regime de informação

Infocracia

O fim da ação comunicativa

Racionalidade digital

A crise da verdade

Regime de informação

Chamamos regime de informação a forma de dominação na qual informações e seu processamento por algoritmos e inteligência artificial determinam decisivamente processos sociais, econômicos e políticos. Em oposição ao regime disciplinar, não são *corpos e energias* que são explorados, mas *informações e dados*. Não é, então, a posse de meios de produção que é decisiva para o ganho de poder, mas o acesso a dados utilizados para vigilância, controle e prognóstico de comportamento psicopolíticos. O regime de informação está acoplado ao capitalismo da informação, que se desenvolve em capitalismo da vigilância e que degrada os seres humanos em gado, em *animais de consumo e dados*.

O regime disciplinar é a forma de dominação do capitalismo industrial. Assume, ele mesmo, uma forma maquinal. Todos e cada um são uma roldana no interior da maquinaria disciplinar do poder. O poder disciplinar penetra nos nervos e nas fibras musculares e faz “de uma massa disforme, de um corpo inábil” uma “máquina”¹. Fabrica corpos “dóceis”: “dócil é um corpo que pode ser submetido, que pode ser explorado, que pode ser remodelado e aperfeiçoado”². Corpos dóceis como máquinas de produção não *portam dados e informações*, mas *energia*. No regime disciplinar, os seres humanos são adestrados em um *animal do trabalho*.

O capitalismo da informação, assentado sobre a comunicação e a conexão, torna obsoletas técnicas disciplinares como a isolamento espacial, a regulamentação rigorosa do trabalho ou o adestramento corporal. A “docilidade” (*Gelehrigkeit*, a capacidade de aprender, como em alemão se traduziu o termo francês *docilité*), que significa também obediência ou ductilidade, não é o ideal do regime da informação. O sujeito submisso do regime de informação não é nem dócil, nem obediente. Ao contrário, supõe-se *livre, autêntico e criativo. Produz-se e se performa.*

O regime disciplinar de Foucault aplica o isolamento como meio de dominação: “a isolamento é a primeira condição da submissão total”³. O panóptico, com celas isoladas umas das outras, é o símbolo e o ideal do regime disciplinar. O isolamento não pode mais ser transposto ao regime da informação, que explora, justamente, a comunicação. A vigilância no regime da informação ocorre por meio de dados. Os reclusos isolados do panóptico disciplinar não produzem dados, não deixam rastros de dados, pois *não se comunicam.*

O alvo do poder disciplinar biopolítico é o corpo: “para a sociedade capitalista, é a biopolítica que conta o biológico, o somático, o corporal”⁴. No regime biopolítico, os corpos são arreados em um maquinário de produção e vigilância que o otimiza por meio da ortopedia disciplinar. O regime da informação, porém, cujo surgimento Foucault evidentemente não percebeu, não segue uma *biopolítica*. Seu interesse não está no corpo. Apodera-se da *psique* pela *psicopolítica*. O corpo é, hoje, em primeira linha um objeto da estética e do fitness. Ele está, ao menos no capitalismo ocidental da informação, em sua maior parte livre do poder disciplinar que o adestra em máquina do trabalho. É, então, absorvido pela indústria da beleza.

Cada dominação segue sua própria *política de exibição*. No regime da soberania, encenações suntuosas do poder são essenciais para a dominação. O teatro é o meio. A dominação se apresenta no brilho teatral. Sim, é o *brilho* que a legitima. Cerimônias e símbolos do poder estabilizam a dominação. Coreografias populares e acessórios da violência, a festa sorumbática e o cerimonial do castigo pertencem à dominação como teatro e espetáculo. O martírio corporal é posto em exibição popular. A esfera pública é um palco. O poder da soberania atua pela visibilidade teatral. É um poder que se faz ver, se manifesta, se vangloria e irradia. Os subjugados, contudo, sobre os quais se desenvolve, ficam, em grande medida, invisíveis.

Em oposição ao regime de soberania pré-moderno, o regime disciplinar moderno não é uma sociedade do teatro, mas uma sociedade da vigilância. Festas suntuosas da soberania e exibições espetaculares do poder dão lugar a burocracias nada espetaculares da vigilância. As pessoas “não são postas sobre o palco, nem classificadas por estamentos”, mas arreadas na “engrenagem da máquina panóptica”⁵. No regime disciplinar, a relação da visibilidade se inverte completamente. O que é feito visível não são os dominadores, mas os dominados. O poder disciplinar se faz invisível, enquanto aos súditos é imposta uma visibilidade permanente. Com isso, o acesso do poder é assegurado e os submetidos ficam expostos no foco da iluminação. O “ser-visto ininterrupto” é o que mantém o indivíduo disciplinar em sua submissão⁶.

A eficiência do panóptico disciplinar consiste em que os reclusos se sintam constantemente vigiados. Eles interiorizam a vigilância. É essencial para o poder disciplinar a “criação de um estado de visibilidade consciente e permanente”⁷. No estado da vigilância de

George Orwell, o Big Brother cuida da visibilidade constante: *Big Brother is watching you* (o Grande Irmão está vigiando você). No regime disciplinar, medidas espaciais, como inclusão e isolamento, garantem a visibilidade dos submissos. A estes são impostas no espaço determinadas posições que não devem ser abandonadas. A mobilidade é restringida de modo massivo, fazendo com que não sejam capazes de se livrar do acesso panóptico.

Na sociedade da informação, os locais de incorporação do regime disciplinar se desfazem em redes abertas. Para o regime da informação, valem os seguintes princípios topológicos: descontinuidades são reduzidas em prol de continuidades. No lugar de encerramentos e conclusões, aparecem aberturas. Celas isoladas são substituídas por redes de comunicação. A visibilidade é, então, produzida de toda outra maneira, *não pelo isolamento, mas pela conexão*. A técnica digital da informação faz com que a comunicação vire vigilância. Quanto mais geramos dados, quanto mais intensivamente nos comunicamos, mais a vigilância fica eficiente. O telefone móvel como aparato de vigilância e submissão explora a liberdade e a comunicação. Nos regimes de informação, as pessoas não se sentem, além disso, vigiadas, mas livres. Paradoxalmente, é o sentimento de liberdade que assegura a dominação. Nisso se distingue fundamentalmente o regime da informação do regime disciplinar. *A dominação se faz no momento em que liberdade e vigilância coincidem.*

O regime de informação se garante sem uma coação disciplinar. Às pessoas não são impostas uma visibilidade panóptica. Ao contrário, desnudam-se sem qualquer coação externa por necessidade interior. *Produzem-se*, ou seja, se põem em cena. Em francês, *se produire* significa *deixar-se ver*. No regime de informação, as pessoas se empenham *por si mesmas* à visibilidade,

enquanto no regime disciplinar isto lhes é imposto. Metem-se voluntariamente no foco de luz, até mesmo desejam isso, enquanto os reclusos do panóptico disciplinar procuram sair dele.

Transparência significa a política do se tornar visível do regime da informação. Quem só faz alusão à política pública da informação de uma instituição ou pessoa, ignora seu alcance. A transparência é a *coação sistêmica do regime de informação*. O imperativo da transparência é: *tudo deve estar disponível na condição de informação*. Transparência e informação têm o mesmo significado. A sociedade da informação é a sociedade da transparência. O imperativo da transparência faz com que as informações circulem livremente. Não são as pessoas que são realmente livres, mas as informações. O paradoxo da sociedade de informação é: *as pessoas estão aprisionadas nas informações*. Afivelam elas mesmas os grilhões ao se comunicarem e ao produzirem informações. O *presídio digital é transparente*.

A loja modelo da Apple em Nova Iorque é um cubo de vidro. É um *templo da transparência*. O que cumpre a função do tornar visível na política é a contrafigura arquitetônica da Caaba em Meca. Caaba significa literalmente cubo. Um manto preto cerrado a despoja de visibilidade. Apenas os sacerdotes têm acesso ao interior da construção. O *arcano* que se nega a toda visibilidade é constitutivo da dominação teopolítica. O espaço mais interior, privado de visibilidade, no templo grego se chama *ádito* (literalmente: inacessível). Apenas sacerdotes têm acesso ao espaço sagrado. A dominação se funda aqui no arcano. A loja transparente da Apple, contudo, fica aberta dia e noite. É no subsolo que as vendas acontecem. Como clientes, todos podemos acessá-la. A Caaba com manto preto e a loja de vidro da Apple ilustram duas formas distintas de dominação: *arcana e transparente*.

Pode ser que o cubo de vidro da Apple sugira liberdade e comunicação ilimitada, mas, na realidade, incorpora a *dominação impiedosa da informação*. O regime de informação torna o ser humano completamente transparente. A própria dominação nunca é transparente. Não há *dominação transparente*. A transparência é o lado da frente de um processo que se despoja de visibilidade. A própria transparência nunca é transparente. Ela tem um lado de trás. *A sala de máquinas da transparência é escura*. Desse modo, denunciamos o poder que se torna cada vez maior da caixa-preta algorítmica.

A dominação do regime de informação é ocultada, na medida em que se funde completamente com o cotidiano. É encoberta atrás da complacência das mídias sociais, da comodidade das máquinas de busca, das vozes embalantes das assistentes de voz ou da oficiosidade prestativa dos *smart apps*, os aplicativos inteligentes. O *smartphone* se revela como um *informante* eficiente, que nos submete a uma vigilância duradoura. A *Smart Home*, a casa inteligente, transfigura a casa toda em uma prisão digital que protocola minuciosamente nossa vida cotidiana. O robô-aspirador-de-pó *smart*, que nos poupa da limpeza cansativa, mapeia a casa toda. A *Smart Bed*, a cama inteligente, com seus sensores conectados, prolonga a vigilância também durante o sono. A vigilância infiltra-se no cotidiano na forma da *conveniência*. No presídio digital como zona de bem-estar *smart* não se ergue nenhuma oposição contra o regime dominante. O *Like* exclui toda revolução.

O capitalismo da informação se apropria das técnicas de poder neoliberais. Em oposição às técnicas do poder do regime disciplinar, não trabalham com coação e interdições, mas com *estímulos positivos*. Exploram a liberdade, em vez de a reprimir. Conduzem

nossa vontade a âmbitos inconscientes, em vez de romper com ela com violência. O poder disciplinar repressivo dá lugar a um poder *smart*, que não dá ordens, mas *sussurra*, que não comanda, mas que *nudge*, quer dizer, que *dá um toque* com meios sutis para controlar o comportamento. *Vigiar e punir*, as características do regime disciplinar de Foucault, dão lugar a *motivar e otimizar*. No regime de informação neoliberal, a dominação se dá como *liberdade, comunicação e Community*, comunidade.

Os *influencers* no YouTube e no Instagram também interiorizaram técnicas de poder neoliberais. Não importa se influencer Fitness, de beleza ou de viagem, invocam sem parar liberdade, criatividade e autenticidade. Propagandas, nas quais os produtos enviados encaixam em sua autoencenação, não passam a sensação de serem maçantes. São, assim, especialmente procuradas e cobiçadas, enquanto anúncios convencionais no YouTube são excluídos pelo Ad-Blocker. Os *influencers* são adorados como modelos. Tudo assume, desse modo, uma dimensão religiosa. Influenciadores do tipo de treino motivacional se comportam como se fossem redentores. Os *Followers*, os seguidores, se comportam como discípulos, participando de sua vida, na medida em que compram produtos que pretendem consumi-los em seu próprio cotidiano encenado. Os *followers* participam, assim, de uma *eucaristia digital*. Mídias sociais se assemelham a uma igreja: *Like é amém. Compartilhar é comunicação. Consumo é redenção*. A repetição como dramaturgia do *influencer* não leva ao tédio e à rotina. Ao contrário, dá ao todo o *caráter de uma liturgia*. Ao mesmo tempo, os influenciadores deixam aparecer produtos de consumo como utensílios de autorrealização. Desse modo, consumimo-nos até a morte, enquanto nos realizamos para a morte. Consumo e

identidade se tornam a mesma coisa. A identidade é, ela própria, uma mercadoria.

Nós nos imaginamos em liberdade, enquanto nossa vida está submetida a uma protocolização total para o controle psicopolítico do comportamento. No regime de informação neoliberal, não é a consciência da vigilância permanente que garante o funcionamento do poder, mas a *liberdade sentida*. Em oposição àquela teletela *intangível* do Big Brother, a *Touchscreen smart* torna tudo disponível e consumível. Produz, assim, a ilusão de uma “liberdade da ponta dos dedos”⁸. No regime de informação, *ser livre* não significa *agir*, mas clicar, curtir e postar. Não surge, assim, nenhuma resistência. Não é preciso temer nenhuma revolução. Dedos não são capazes de ação em sentido enfático (*Handlung*, a palavra alemã para “ação”, é, literalmente, o que é feito pelas *mãos*). São meramente um *órgão de escolha consumista*. Consumo e revolução se excluem.

Uma das principais características do totalitarismo clássico como religião política secular é a ideologia que erige uma “exigência de explicação total do mundo”. A ideologia como *narrativa* promete “a explicação total de tudo que acontece historicamente, e também a explicação total do passado, o conhecimento total de si no presente e o prognóstico confiável do futuro”⁹. A ideologia como explicação total do mundo suprime toda experiência contingente, toda incerteza.

Com seu dataísmo, o regime de informação revela traços totalitários. Aspira ao saber total. Mas o saber total dataísta não é alcançado pela *narração* ideológica, mas pela *operação* algorítmica. O dataísmo quer *calcular* tudo que é e será. O Big Data não *conta*, não *narra*. Contos e narrativas dão lugar às contas algorítmicas. O regime de informação substitui completamente a narrativa pelo

numérico. Algoritmos, não importa o quão inteligentes possam ser, não são capazes de eliminar a experiência da contingência de maneira tão eficaz quanto uma narrativa o é.

O totalitarismo dá adeus à realidade, tal qual ela nos é *dada* [gegeben] por nossos cinco sentidos. Constrói uma realidade *própria* atrás do *dado* [gegeben], fazendo necessário um sexto sentido. O dataísmo, ao contrário, se sustenta sem o sexto sentido. Não transcende a *imanência do que está dado* [gegeben], ou seja, os *dados* [Daten]. A palavra *datum*, em latim, que vem de *dare* (dar, *geben* em alemão), significa literalmente o *dado* [Gegebene]. O dataísmo não imagina uma outra realidade atrás do que está dado [Gegebenen], do *dado* [Daten], pois é um *totalitarismo sem ideologia*.

O totalitarismo forma uma massa obediente que se submete a um *Führer*, a um líder. A ideologia anima a massa. Ela lhe insufla uma *alma*. Gustave Le Bon falava, assim, em *Psicologia das massas*, da alma da massa que uniformiza a ação da massa. O regime da informação, contudo, *singulariza* as pessoas. Mesmo quando se reúnem, não formam uma massa, mas enxames digitais que não seguem *um Führer*, um líder, mas seus *influencers*.

Mídias eletrônicas são, nesse sentido, mídias de massa, uma vez que produzem um ser humano da massa: “O ser humano da massa é o habitante eletrônico do globo terrestre e está conectado ao mesmo tempo com todas as outras pessoas, como se fosse um espectador de um estádio esportivo global”¹⁰. O ser humano da massa não tem identidade. Ele é “ninguém”. Mídias digitais põem fim ao tempo do ser humano de massa. O habitante do globo terrestre digitalizado não é “ninguém”. É, ao contrário, um *alguém com perfil*, enquanto na era da massa, apenas criminosos tinham

perfil. O regime de informação se apodera dos indivíduos, à medida que lhes elabora seus *perfis de comportamento*.

Para Walter Benjamin, a câmera do filme outorga o acesso a uma forma particular de inconsciente. Ele o chama de “inconsciente óptico”. *Close-ups* e câmera lenta tornariam visíveis micromovimentos e ações imperceptíveis a olho nu. Levariam à aparição de um espaço inconsciente: “o inconsciente óptico experimentamos primeiro por ela [a câmera], assim como o inconsciente-pulsional pela psicanálise”¹¹. Os pensamentos de Benjamin sobre o inconsciente óptico podem ser transpostos ao regime da informação. Big Data e inteligência artificial constituem uma *lupa digital* que explora o inconsciente, oculto ao próprio agente, atrás do espaço de ação consciente. Em analogia ao inconsciente óptico, podemos chamá-lo de *inconsciente digital*. O Big Data e a inteligência artificial levam o regime da informação a um lugar em que é capaz de influenciar nosso comportamento num nível que fica embaixo do limiar da consciência. O regime da informação se apodera das camadas pré-reflexivas, pulsionais, emotivas, do comportamento antepostas às ações conscientes. Sua psicopolítica dado-pulsional intervém em nosso comportamento, sem que fiquemos conscientes dessa intervenção.

Toda mudança decisiva de mídia produz um novo regime. *Mídia é dominação*. Perante a revolução eletrônica, Carl Schmitt se viu coagido a redefinir sua famosa proposição sobre a soberania: “Após a Primeira Guerra, eu disse: ‘soberano é quem decide sobre o estado de exceção’. Após a Segunda Guerra, diante da morte, digo agora: ‘soberano é quem dispõe das ondas do espaço’”¹². Mídias digitais produzem a dominação da informação. As ondas, as mídias de massa eletrônica, perderam significado. Decisivo para o ganho de poder é, então, a posse de informações. Não é a propaganda em

mídias de massa, mas as informações que garantem a dominação. Face à revolução digital, Schmitt poderia querer reescrever mais uma vez sua proposição sobre a soberania: *soberano é quem dispõe das informações em rede*.

1. FOUCAULT, M. *Überwachen und Strafen*. Die Geburt des Gefängnisses. Frankfurt am Main, 1977, p. 173 [trad. bras.: *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2007].
2. Ibid., p. 174-175.
3. Ibid., p. 304.
4. FOUCAULT, M. Die Geburt der Sozialmedizin [O nascimento da medicina social]. In: *Schriften in vier Bänden [Escritos em 4 tomos]*. Tomo 3. Frankfurt am Main, 2003, p. 272-297, aqui p. 275. [trad. bras.: “O nascimento da medicina social”. In: MACHADO, R. (org.). *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 1984, p. 79-98].
5. FOUCAULT, M. *Überwachen und Strafen*. Op. cit., p. 279.
6. Ibid., p. 241.
7. Ibid., p. 258.
8. FLUSSER, V. *Dinge und Undinge*. Phänomenologische Skizzen [*Coisas e não coisas*. Rascunhos fenomenológicos]. Munique, 1993, p. 87.
9. ARENDT, H. *Elemente und Ursprünge totaler Herrschaft [Elementos e origens do totalitarismo]*. Munique, 2006, p. 964 [trad. bras.: *Origens do totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997].
10. MCLUHAN, M. *Wohin steuert die Welt? Massenmedien und Gesellschaftsstruktur [Aonde vai o mundo? Mídias de massa e estrutura da sociedade]*. Viena, 1978, p. 174.
11. BENJAMIN, W. *Das Kunstwerk im Zeitalter seiner technischen Reproduzierbarkeit [A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica]*. Frankfurt am Main, 1963, p. 36. [trad. bras.: *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2019].
12. LINDER, C. *Der Bahnhof von Finnentrop – Eine Reise ins Carl Schmitt Land [A estação de Finnentrop – Uma viagem à terra de Carl Schmitt]*. Berlim, 2008, p. 423.

Infocracia

A digitalização do mundo da vida avança, implacável. Submete a uma mudança radical nossa percepção, nossa relação com o mundo, nossa convivência. Ficamos atordoados pela embriaguez de comunicação e informação. O tsunami de informação desencadeia forças destrutivas. Abrange também, nesse meio-tempo, âmbitos políticos e leva a fraturas e disrupções massivas no processo democrático. A democracia degenera em *infocracia*.

No início da democracia, a mídia determinante era o livro. Este estabelece um discurso racional do Esclarecimento. A esfera pública discursiva, essencial para a democracia, se deve ao público leitor pensante. Em *Mudança estrutural da esfera pública*, Habermas aponta para uma relação íntima entre o livro e a esfera pública democrática: “com um público leitor universal, composto sobretudo de cidadãos da cidade e civis, que se estende sobre a república dos eruditos [...] surge, por assim dizer, do centro da esfera privada uma rede relativamente densa de comunicação pública”¹³. Sem a impressão de livro, não teria sido possível haver o Esclarecimento, que faz uso da razão, do pensamento raciocinante. Na cultura livresca, o discurso apresenta uma coerência lógica: “em uma cultura determinada pela impressão de livros, o discurso público é caracterizado, em geral, por uma disposição coerente, regulada, de fatos e pensamentos”¹⁴.

O discurso político do século XIX, marcado pela cultura livresca, tinha toda uma outra largura e complexidade. Os famosos debates públicos entre o republicano Abraham Lincoln e o democrata Stephen A. Douglas dão um exemplo bem evidente disso. No duelo de discursos de 1854, Douglas falou, num primeiro momento, durante três horas inteiras. Em sua réplica, Lincoln teve à disposição igualmente três longas horas. Em seguida à réplica de Lincoln, Douglas ainda falou por mais uma hora. Ambos os oradores debateram questões políticas complexas com formulações em parte bastante complexas. A capacidade de concentração do público era extraordinariamente alta. Além disso, os participantes do discurso público eram, para as pessoas de então, um componente sólido de sua vida social.

As mídias eletrônicas de massa destroem o discurso racional marcado pela cultura livresca. Produzem uma *midicracia*. Elas têm uma arquitetônica particular. Por serem estruturadas como um anfiteatro, os receptores ficam condenados à passividade. Habermas considera as mídias de massa as responsáveis pelo declínio da esfera pública democrática. Em oposição ao público leitor, o público da televisão estaria exposto ao perigo de uma interdição [*Entmündigung*]: “os programas transmitidos pelas novas mídias cerceiam [...] peculiarmente as reações dos receptores. Colocam o público, na condição de ouvintes e assistentes, em estado de encanto, tomam-lhe, contudo, igualmente a distância da ‘emancipação’ [*Mündigkeit*], a saber, a chance de poder falar e contradizer. O pensamento raciocinante de um público leitor tende a dar lugar ao ‘gosto’, ao ‘intercâmbio de inclinações’ de consumidores [...]. O mundo engendrado pelas mídias de massa apenas em aparência é esfera pública ainda”¹⁵.

Na midiocracia, também a política se submete à lógica das mídias de massa. O entretenimento determina a mediação de conteúdos políticos e deteriora a racionalidade. Em seu texto, *Divertindo-nos até morrer*, o teórico das mídias estadunidense Neil Postman, mostra como o infoentretenimento leva à decadência da faculdade de julgar humana e lança a democracia em uma crise. Da democracia faz-se uma *telecracia*. O entretenimento é o mandamento supremo, ao qual também a política se submete: “No lugar de empenhar-se por conhecimento e percepção, surge o negócio da diversão. A consequência disso é uma decadência rápida da faculdade de juízo humana. Introduce-se nela uma ameaça inequívoca: tornar-nos imaturos ou permanecermos na imaturidade. E o fundamento social da democracia é violado. A gente se diverte até morrer”¹⁶. Notícias se tornam similares a uma narrativa. A distinção entre ficção e realidade desaparece. Habermas também remete ao infoentretenimento e a suas consequências destrutivas para o discurso: “notícias e reportagens, até mesmo posicionamentos são dotados com um inventário oriundo da literatura do entretenimento”¹⁷.

A midiocracia é, ao mesmo tempo, uma *teatrocracia*. A política se esgota em encenações midiáticas de massa. No apogeu da midiocracia, o ator Ronald Reagan foi eleito presidente dos Estados Unidos. Nos debates televisivos entre oponentes, não se trata de argumentos, mas de *performance*. O tempo de fala dos candidatos também foi radicalmente encurtado. O estilo do discurso se altera. Quem melhor se puser em cena é quem ganha a eleição. O discurso degrada-se em show e propaganda. Conteúdos políticos têm um papel cada vez menor. A política perde, desse modo, sua substância, erodida em uma imagem telecrática da política.

A televisão fragmenta o discurso. Até mesmo as mídias impressas se orientam pela televisão: “na era da televisão, a notícia breve é a unidade básica das notícias nas mídias impressas. [...] não deve durar muito para que seja conferido um prêmio para a melhor notícia de uma frase só”¹⁸. O rádio, que serve na verdade para mediações de linguagem racional e complexa, também não está a salvo desse processo de decadência. Sua linguagem se torna igualmente mais fragmentária e descontinuada. O rádio é, além disso, monopolizado pela indústria da música. Sua linguagem é para “provocar reações viscerais”¹⁹. Ela se desenvolve em equivalente linguístico do rock.

A história da dominação pode ser descrita como a história da dominação por diferentes tipos de tela. Na Alegoria da Caverna, Platão descreve uma tela arcaica. A caverna se parece com um teatro. Os impostores exibem seus “passes de mágica”, à medida que, às costas dos prisioneiros, carregam objetos e figuras, cujas sombras são projetadas na parede da caverna pelo fogo. Agrilhados nos pescoços e nas pernas, os prisioneiros olham fixamente para as imagens de sombra desde pequenos, as tendo como a única realidade. A tela arcaica de Platão ilustra a *dominação dos mitos*.

No Estado totalitário de vigilância de Orwell, uma tela chamada “teletela” assume um papel central. Programas propagandísticos passam ali constantemente. Diante dele, as massas em exaltação coletiva efetuam rituais de submissão em coro. Na habitação privada, a teletela também funciona como câmera de vigilância com seu microfone sensível. Cada barulho, o mais sutil que seja, é registrado por ele. As pessoas vivem sob o pressuposto de que estão sendo vigiadas permanentemente pela polícia do pensamento. Não se pode desligar a teletela. É também um aparato

biopolítico de disciplina. Promove todos os dias uma ginástica da manhã, que serve à produção de corpos dóceis.

A tela de vigilância do Grande Irmão é substituída, na telecracia, pela tela de televisão. As pessoas não são vigiadas, mas entretidas. Não são submetidas, mas tornadas viciadas. A polícia do pensamento e o ministério da verdade são superficiais. Dor e tortura não são usadas como meios de dominação, mas o entretenimento e divertimento: “Em 1984, acrescenta Huxley, as pessoas são controladas ao se lhes infligir dor. Em *Admirável novo mundo*, ao se lhes infligir divertimento. Em uma palavra, Orwell temia que aquilo que nos é odioso nos arruinasse. Já Huxley, aquilo que amamos”²⁰.

Admirável novo mundo, de Huxley, está em muitos aspectos mais próximo de nosso presente do que o Estado de vigilância de Orwell. Esse mundo é uma *sociedade paliativa*. A dor é tabu ali. Sensações intensas também são reprimidas. Cada desejo, cada necessidade, é imediatamente satisfeito. As pessoas ficam tontas pela curtição, consumo e divertimento. A coação à felicidade domina a vida. O estado distribui uma droga chamada “soma”, para elevar a sensação de felicidade da população. Em *Admirável novo mundo*, de Huxley, há, no lugar da teletela, um “cinema sensível”. Na condição de vivência corporal completa, atordoa as pessoas com “órgão de perfumes”. Junto com a droga, é utilizado como meio de dominação.

Teletelas e monitores são substituídos hoje pelo *touchscreen*. O novo meio de submissão é o *smartphone*. No regime de informação, as pessoas não são mais telespectadoras passivas, que se rendem ao entretenimento. São emissores ativos. Produzem e consomem, de modo permanente, informações. A embriaguez de comunicação que assume, pois, formas viciadas, compulsivas, retém as pessoas em uma nova menoridade. A fórmula da submissão do regime da informação é a seguinte: *comunicamo-nos até morrer*.

O *Mudança estrutural da esfera pública* (1962) de Habermas conhecia apenas as mídias eletrônicas de massa de sua época. Hoje, as mídias digitais submetem a esfera pública a uma mudança radical de estrutura. De modo que a obra *Mudança estrutural da esfera pública* de Habermas necessita de uma revisão fundamental. Na era das mídias digitais, a esfera pública discursiva não é ameaçada por formatos de entretenimento das mídias de massa, não pelo *infoentretenimento*, mas sobretudo pela propagação e proliferação viral de informação, a saber, pela *infodemia*²¹. No interior das mídias digitais residem, além disso, forças centrífugas que fragmentam a esfera pública. A estrutura de anfiteatro das mídias de massa cede lugar à *estrutura rizomática* das mídias digitais que não têm centro. Desse modo, nossa atenção não é mais dirigida a temas relevantes para a sociedade como um todo.

Uma fenomenologia da informação é necessária para se adquirir uma compreensão profunda sobre a infocracia, sobre a crise da democracia no regime de informação. Essa crise se inicia já no âmbito cognitivo. Informações têm um espaço de tempo muito estreito de atualidade. Falta-lhes a *estabilidade temporal*, pois vivem no “estímulo da surpresa”²². Em virtude de sua instabilidade temporal, fragmentam a percepção. Rompem a realidade em uma “vertigem permanente de atualidade”²³. Não é possível *demorar* em informações. A coação de aceleração inerente às informações recalca as práticas de tempo intensivo, cognitivas, como *saber, experiência e compreensão*.

Em virtude de seus lapsos estreitos de atualidade, as informações atomizam o tempo. O tempo decai em mera sucessão de presentes pontuais. É nisso que as informações se distinguem das narrativas, que geram uma continuidade temporal. O tempo está, hoje, desmembrado em todos os âmbitos. *Arquiteturas de tempo*

extensas, que estabilizam tanto a vida como também a percepção, são erodidas a olhos vistos. O caráter geral de *curto-prazo* da sociedade da informação não é benéfico à democracia. No interior do discurso vive uma temporalidade que não se dá com a comunicação acelerada, fragmentada. É uma práxis que requer tempo.

A racionalidade também requer tempo. Decisões racionais são construídas a longo prazo. Uma reflexão as precede que se estende para além do momento no passado e no futuro. Essa extensão temporal caracteriza a racionalidade. Na sociedade da informação, simplesmente não temos tempo para ação racional. A coação da comunicação acelerada nos priva da *racionalidade*. Sob pressão de tempo, acabamos escolhendo pela *inteligência*. A inteligência tem toda uma outra temporalidade. A ação inteligente se orienta a *soluções e resultados de curto prazo*. Assim nota Luhmann, com razão: “em uma sociedade da informação, não se pode mais falar de comportamento racional, mas, no melhor dos casos, de comportamento inteligente”²⁴.

A racionalidade discursiva é ameaçada, hoje, também pela comunicação afetiva. A gente se deixa *afetar* demais por informações que se seguem apressadas umas às outras. Afetos são mais rápidos do que a racionalidade. Em uma comunicação afetiva, não prevalecem os melhores argumentos, mas as informações com maior potencial de estimular. Desse modo, *fake news*, notícias falsas, geram mais atenção do que fatos. Um único *tuíte* que contenha *fake news* ou fragmentos de informação descontextualizadas é possivelmente mais efetivo do que um argumento fundamentado.

Trump, o primeiro presidente *tuíteiro*, desmembra sua política em *tuítes*. Não são visões, mas informações virais que as determinam e

definem. A infocracia promove a ação dirigida ao sucesso, a ação instrumental. O oportunismo se alastra. Com razão, a matemática estadunidense Cathy O'Neil aponta que o próprio Trump age como um algoritmo oportunista perfeito que se ajusta apenas às reações do público. Convicções ou princípios temporalmente estáveis são sacrificados em prol da *efetivação a curto prazo do poder*.

A psicometria, também chamada de psicografia, é um procedimento impulsionado por dados para a produção de um perfil de personalidade. O *profiling* (a caracterização de perfil) psicométrico torna possível prever melhor o comportamento de uma pessoa do que um amigo ou parceiro poderia. Com uma quantidade suficiente de dados, é possível até mesmo gerar informações que excedem aquilo que sabemos de nós mesmos. O *smartphone* é um aparato de gravação psicométrica que alimentamos com dados dia a dia, hora a hora até. Com ele, a personalidade de seu usuário pode ser computada com exatidão. O regime disciplinar tinha à disposição apenas informações *demográficas* que lhe permitiam uma *biopolítica*. O regime da informação, por sua vez, tem acesso a informações psicográficas que utiliza para a *psicopolítica*.

A psicometria é uma ferramenta ideal para o *marketing* político psicopolítico. A assim chamada *microtargeting*, a focalização micro, se vale da caracterização de perfil psicométrica. Tendo os psicogramas dos eleitores como base, essas propagandas personalizadas são filtradas nas mídias sociais. O comportamento eleitoral é influenciado, assim como o comportamento do consumo, em níveis inconscientes. A infocracia impulsionada por dados mina o processo democrático que pressupõe autonomia e liberdade de vontade. A empresa de dados britânica Cambridge Analytica se gaba de deter os psicogramas de todos os cidadãos estadunidenses adultos. Após a vitória de Donald Trump nas eleições de 2016,

declarou triunfante: “estamos convencidos que nossa abordagem revolucionária da comunicação impulsionada por dados teve um papel muito decisivo para a extraordinária vitória nas eleições do presidente eleito Donald Trump”.

Na focalização micro, os eleitores não são informados sobre o programa político de um partido. São, em vez disso, usadas, com propósitos manipulativos, propagandas eleitorais, não raro *fake news*, enquadradas em seu psicograma. Centenas de milhares de variantes de uma propaganda eleitoral testadas quanto às suas eficiências. Esses *dark ads*, anúncios sombrios, otimizados pela psicométrica, constituem um perigo para a democracia. Todos recebem uma notícia diferente, pelo que a esfera pública fica fragmentada. Grupos diferentes recebem informações diferentes que, não raro, se contradizem. Os cidadãos não ficam mais sensibilizados por temas importantes e relevantes da sociedade. Em vez disso, se tornam incapacitados em *gatos eleitorais* manipuláveis que devem garantir o poder dos políticos. *Dark ads* contribuem com a cisão e polarização da sociedade e envenenam o ambiente discursivo. São, além disso, invisíveis para a esfera pública. Anulam, com isso, o princípio fundamental da democracia: a *auto-observação da sociedade*.

Hoje, qualquer um que tenha acesso à internet pode construir seu próprio canal de informação. A tecnologia digital da informação é capaz de baixar os custos de informação quase a zero. Com pouco esforço, é possível de modo rápido e sem custos criar uma conta no Twitter ou um canal no YouTube. Na era das mídias de massa, contudo, os custos de produção da informação eram incomparavelmente altos. E a construção de um canal de notícias era bem laboriosa. Na sociedade das mídias de massa não existia, portanto, uma infraestrutura para uma produção massiva de *fake*

news. A televisão pode ser um império da aparência, mas ainda não é uma fábrica de *fake news*. A midiocracia como telecracia se baseia em show e entretenimento, não em notícias falsas e desinformação. Apenas com a conexão digital se atingiu a condição estrutural prévia para as rejeições infocráticas da democracia.

A midiocracia degrada a campanha eleitoral em uma *guerra de encenação* de mídias de massa. O discurso é substituído por um show eficaz ao público. A televisão como mídia principal da midiocracia funciona como palco político. Na infocracia, por sua vez, a campanha eleitoral se degenera em uma *guerra de informação*. O Twitter não é *um palco midiocrático, mas uma arena infocrática*. Para Trump, não se trata de fazer uma boa *performance*. Ao contrário, ele conduz uma guerra implacável da informação.

As guerras de informação são hoje conduzidas com todos os meios técnicos e psicológicos imagináveis. Nos Estados Unidos e no Canadá, os eleitores recebem ligações de robôs e são inundados com notícias falsas. Exércitos de *trolls* intervêm nas campanhas eleitorais ao propagarem *fake news* e *teorias da conspiração calculadas*. *Bots* sociais, contas-*fake* autônomas nas mídias sociais, se passam por pessoas de verdade e postam, tuítam, curtem e compartilham. Propagam *fake news*, calúnias e comentários de ódio. Substitui-se, portanto, cidadãos por robôs. Fabricam massivamente votos [*Stimmen*] a preço de custo zero que geram a *Stimmung*, a atmosfera, o ambiente. Distorcem massivamente os debates políticos. Inflam também os números de seguidores de maneira artificial e simulam, com isso, um poder de uma opinião que não existe. Com seus tuítes e comentários, podem alterar o ambiente das opiniões nas mídias sociais em uma direção desejada. Estudos revelam que uma pequena porcentagem de *bots* é suficiente para virar o ambiente das opiniões. Embora não

influenciem diretamente a decisão eleitoral, manipulam seu *milieu* da decisão. Os eleitores ficam expostos *inconscientemente* a essa influência. Ao se orientarem pelo ambiente das redes, os políticos acabam influenciados diretamente por *bots* sociais em suas decisões políticas. A democracia está em perigo onde quer que cidadãos interajam com robôs de opinião, se deixando manipular por eles, onde quer que operadores, cuja procedência e motivos são completamente ocultos, interfiram e se intrometam nos debates políticos. Na campanha eleitoral como guerra de informação, não são os melhores argumentos que prevalecem, mas algoritmos inteligentes. Nessa infocracia, nessa guerra da informação, não há lugar para o discurso.

Na infocracia, informações são utilizadas como armas. A página na internet do radical de direita estadunidense e teórico da conspiração Alex Jones se chama, significativamente, *infowars*, guerra da informação. É um representante proeminente da infocracia. Com suas rudes teorias da conspiração e *fake news*, atinge um público de milhões de pessoas que acreditam nele. Apresenta-se como “guerreiro da informação” (*infowarrior*) contra o *establishment* político. Donald Trump o conta expressamente entre as pessoas a quem tem que agradecer em sua vitória nas eleições de 2016. *Infowars* com *fake news* e teorias da conspiração indicam o estado da democracia atual, no qual verdade e veracidade não têm mais nenhum valor. A democracia afunda em uma selva de informações inescrutáveis.

Na disputa eleitoral como guerra de informação, os assim chamados memes desempenham um papel central. Memes são desenhos cômicos, fotomontagens ou vídeos curtos, dotados de uma frase curta provocante, que se propagam de modo viral nas mídias sociais. Logo após a vitória de Donald Trump nas eleições, o

Chicago Tribune citou um usuário do *4chan*: “we actually elected a meme as president” [na verdade, elegemos um meme como presidente]. A CNN apelidou as eleições estadunidenses de 2020 de “eleição-meme” (*The Meme Election*). A disputa eleitoral é conduzida como “a grande guerra memeeal” (*The Great Meme War*). Fala-se também da “guerra memética” (*Memetic Warfare*).

Memes são *vírus mediais* que se propagam, se reproduzem e também se mutam extremamente rápido na rede. O núcleo de uma informação, o RNA do meme, por assim dizer, é implantado em um invólucro visual infeccioso. A comunicação baseada em memes como *contaminação viral* dificulta o discurso racional ao mobilizar, mais do que nada, afetos. A guerra de memes indica que a comunicação digital privilegia cada vez mais o visual perante o textual. Imagens são, justamente, mais rápidas do que textos. Nem o discurso, nem a verdade são virais. A visualização intensificada da comunicação impede ainda mais o discurso democrático, pois imagens não argumentam ou fundamentam.

A democracia é lenta, prolixa e tediosa. A propagação viral de informações, a *infodemia*, prejudica, assim, de modo massivo o processo democrático. Argumentos e fundamentações não cabem em tuítes ou memes que se propagam e multiplicam em velocidade viral. A coerência lógica que caracteriza o discurso é estranha à mídia viral. Informações têm sua própria lógica, sua própria temporalidade, sua *própria dignidade para além da verdade e da mentira*. *Fake news* também são, *num primeiro momento, informações*. Antes de instaurar o processo de verificação, já tiveram *todo efeito*. Informações ultrapassam num piscar de olhos a verdade e esta não lhes pode alcançar. Está condenada ao fracasso, portanto, a tentativa de, com a verdade, querer lutar contra a infodemia. Esta é *resistente à verdade*.

13. HABERMAS, J. *Strukturwandel der Öffentlichkeit. Untersuchungen zu einer Kategorie der bürgerlichen Gesellschaft*. Frankfurt am Main, 1990, p. 13. [trad. bras.: *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003].
14. POSTMAN, N. *Wir amüsieren uns zu Tode – Urteilsbildung im Zeitalter der Unterhaltungsindustrie* [Divertir-se até morrer. Formar julgamentos na era da indústria do entretenimento]. Frankfurt am Main, 1988, p. 68.
15. HABERMAS, J. *Strukturwandel der Öffentlichkeit*. Op. cit., p. 261.
16. POSTMAN, N. *Wir amüsieren uns zu Tode*. Op. cit., p. 2.
17. HABERMAS, J. *Strukturwandel der Öffentlichkeit*. Op. cit., p. 260.
18. POSTMAN, N. *Wir amüsieren uns zu Tode*. Op. cit., p. 138-139.
19. Ibid., p. 139.
20. Ibid., p. 8.
21. Já em meados de fevereiro de 2020, o chefe da Organização Mundial da Saúde, Tedros Adhanom Ghebreyesus, comentou: “não combatemos somente a pandemia; combatemos a infodemia”.
22. LUHMANN, N. *Entscheidungen in der “Informationsgesellschaft”* [Tomar decisões na “sociedade da informação”] [disponível em: https://www.fen.ch/texte/gast_luhmann_informationsgesellschaft.htm – Acesso em 13/06/2021].
23. FEUSTEL, R. *Am Anfang war die Information – Digitalisierung als Religion* [No início havia a informação – Digitalização como religião]. Berlim, 2018, p. 150.
24. LUHMANN, N. *Entscheidungen in der “Informationsgesellschaft”*. Op. cit.